



## COLUNAS

## [Coluna] A Resistência Armada À Ditadura E A Casa Da Morte

COLABORADOR • ago 1, 2017 0



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

A partir do golpe militar desencadeado em 1º de abril de 1964 tem início tentativas de resistência armada por parte das forças de esquerda e destacamos aqui algumas das mais relevantes.

Uma primeira iniciativa é desencadeada pelas organizações civis e militares nacionalistas agrupadas em torno de Leonel Brizola, então no exílio no Uruguai. A experiência mais conhecida é a chamada [Guerrilha de Caparaó](#), localizada na montanhosa divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, ocorrida entre meados do ano de 1966 e abril de 1967. O movimento guerrilheiro é desbaratado, com a prisão de seus membros. Um aspecto ressaltado por [José Caldas](#) em seu estudo da guerrilha diz respeito ao reticente apoio do governo cubano, cuja expectativa era *a instalação de um foco guerrilheiro [no Mato Grosso] em conexão com Ernesto Che Guevara na Bolívia*, porém os militares treinados *foram encaminhados por Brizola para o Caparaó*.

A segunda iniciativa se baseia nas organizações da esquerda revolucionária surgidas das cisões do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com destaque para a ALN, MR-8 e VPR. A influência cubana sobre estas organizações é mais decisiva, porque, além do apoio material e do treinamento militar, tem caráter ideológico e político. O processo de integração acontece na fundação da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana de 31 de julho a 10 de agosto de 1967. Entretanto, a luta armada assume mais a forma de ações diretas contra a ditadura militar realizadas nas cidades ("guerrilha urbana"). Entre o dia 4 de novembro de 1969, quando [Carlos Marighella](#) é executado pelo DOPS em São Paulo, até o final de 1974, praticamente aquelas organizações deixam de existir, devido às prisões, mortes e desaparecimentos políticos dos seus militantes.

A terceira e última iniciativa é a da chamada “Guerrilha do Araguaia”, sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), num processo de ocupação da região sudeste do Pará iniciado em 1966 que deveria se transformar em guerra popular revolucionária, partindo do campo em direção às cidades. A campanha repressiva a partir de 1972 obriga o grupo local dos militantes a atuar sob a forma de guerra de guerrilhas, praticamente como forma de sobrevivência. A violenta repressão deixa um rastro de torturados, presos, mortos e desaparecidos, além de camponeses perseguidos que a “Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia” começa a [revelar ao Brasil](#) e ao mundo em 1980.

O cerco repressivo destas iniciativas e sua destruição se devem tanto à superioridade numérica e ao preparo profissional das Forças Armadas e das polícias civis e militares, como também à estrutura repressiva montada pela ditadura militar desde o golpe de 1964. Quanto ao profissionalismo, vale destacar que vários militares brasileiros participam de treinamento em “Operações de Selva” no Panamá, na *United States Army School of the Americas* (USARSA), popularmente conhecida como Escola das Américas, já em agosto de 1964, e agentes norte-americanos, como Daniel (Dan) Mitrione, atuam no Brasil entre 1964 e 1969, no ensino de técnicas de tortura. A unificação das forças militares e policiais e dos sistemas de informação em 1969 à frente dos quais estava o Exército – por meio dos Destacamentos de Operações de Informação-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) – desempenha um importante papel na destruição das organizações e eliminação da maioria dos militantes de esquerda.

Um dos meios mais eficazes para a consecução desse objetivo são os centros secretos ou “clandestinos” de prisão, tortura e aniquilamento. O terrorismo de Estado é uma prática policial-militar que abrange, de acordo com a [Comissão Nacional da Verdade](#), a operação de pelo menos 18 locais com esta característica. O mais conhecido, graças aos depoimentos de uma sobrevivente, a militante Inês Etienne Romeu, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), é a chamada Casa da Morte, localizada no bairro do Caxambu, em Petrópolis. A trágica experiência da militante e a contribuição de seu testemunho serão examinadas em próxima matéria da coluna *Memória e Verdade*.

*(Imagem disponível no [Noticias.cvrs.fiocruz.br](#))*

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325. [Facebook.com/cmvpetropolis](#) – [cmv@petropolis.rj.gov.br](mailto:cmv@petropolis.rj.gov.br)

*Mais em:*

[\[Coluna\] Ditadura Militar: “Milagre Econômico” e Desastre Social – parte 1](#)

[\[Coluna\] Ditadura militar: “milagre econômico” e desastre social – Parte 2](#)

[\[Coluna\] Ato Institucional nº 5 – o golpe dentro do golpe](#)

*As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.*

